



# ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA DE MAJOR ISIDORO



## AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE MAJOR IZIDORO**

(Processo Administrativo nº 002.008.508492)

## AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

Por este aviso, torna-se público para ciência dos interessados que a sessão de abertura de propostas de preços e documentação de habilitação do **Pregão Eletrônico nº 90013/2025 – UASG 982787**, marcada para as **09hs** do dia **28/11/2025**, foi alterada para as **09hs** do dia **02/12/2025**, no mesmo sítio/local indicado na publicação originária, em razão de **"Nova previsão de Abertura"** por indefinição de prazo na configuração da sessão no sistema: **www.gov.br/compras/pt-br**, ambiente eletrônico do **Compras.Gov.Br**. A nova data/hora de abertura, será fim do acolhimento e deve ser informada de no mínimo **24 hs** da data/hora atual. Maiores informações no e-mail: **cpl@majorizidoro.al.gov.br**

Major Izidoro (AL), 18 de novembro de 2025.

.....  
**JARDIEL PEREIRA DA SILVA**  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO



**JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**  
**MUNICÍPIO DE MAJOR ISIDORO**

(Processo Administrativo nº 002.008.508492)

**JUSTIFICATIVA**

A Lei Federal nº 14.133 de 2021, dispõe de normas que disciplinam as licitações públicas e que devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que informadas no edital e não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Considerando que o objeto do certame é aquisição de bens, regido pela modalidade pregão, em sua forma eletrônica, registra-se para os efeitos que a Lei Federal nº 14.133 de 2021 abrandou exigências, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal. **Vejamos:**

**Art. 55.** Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

**I - para aquisição de bens:**

- a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;
- b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea “a” deste inciso;

Nesse sentido, as disposições a que se refere o caput do presente artigo, prevê que, nas licitações regidas pela modalidade pregão, seja na forma eletrônica ou presencial, cujo objeto atenda para aquisição de bens, deve sempre ser respeitado o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances que são de **8 (oito) dias úteis**, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

É importante ressaltar que, a sessão pública de realização do certame teve data de reabertura marcada para as **09hs** do dia **28/11/2025**, conforme veja-se na publicação do aviso de licitação publicado na pág. 21, da Ed. ANO XIII | Nº 2681, do dia 12/11/2025 do Diário Oficial da Municípios (DOM), na pág. 243, da Ed. nº 218 | Seção 3, do dia 14/11/2025 do Diário Oficial da União (DOU) e na página 14 da Edição impressa produzida pelo Jornal “Tribuna Independente” com circulação diária em bancas de jornais e assinantes.

Ocorre que, dada a publicidade do aviso de licitação, não houve publicação do edital da licitação na plataforma eletrônica de realização do pregão, conforme preceitua legislação vigente, por indefinição de prazo na configuração da sessão no sistema: **www.gov.br/compras/pt-br**, ambiente eletrônico do **Compras.Gov.Br**.

Dessa forma, “**o recebimento de propostas não respeitará o prazo de 8 (oito) dias úteis**” contados da data de publicação, sendo este considerado causa de nulidade da licitação em caso de omissão, contradição, erro ou obscuridade da decisão, invalidando as publicações anteriores, uma vez que, a publicidade pelo meio acima transcrito é requisito fundamental para validade do certame.

Dada a justificativa, em razão de “**Nova previsão de Abertura**” por indefinição de prazo na configuração da sessão no sistema: **www.gov.br/compras/pt-br**, ambiente eletrônico do **COMPRAS.GOV.BR**, a data de realização da sessão de abertura de propostas de preços e documentação de habilitação do pregão eletrônico em questão, deve ser redesignada para o próximo dia útil subsequente e dada a publicidade para ciência dos interessados.

Todavia, quando o motivo de republicação for/ocorrer por necessidade de alteração de cláusulas editalícias, esta deve ser feita em **todos os mesmos veículos e com a mesma quantidade daquela originalmente realizada**, ou seja, a lei determina que a publicidade seja feita **da mesma forma como se deu a divulgação inicial/original** e não aquela mínima estabelecida na legislação.



# ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA DE MAJOR ISIDORO



Sobre essa ótica, estabelece a **Lei Federal nº 14.133 de 2021**:

**Art. 55. § 1º** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, **exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.**

Toda cautela, portanto, é necessária quando se trata de alteração de cláusulas editalícias, pois apenas se permite modificações do edital sem a reabertura de prazo, desde que efetivamente estas não causem nenhuma repercussão para a habilitação ou elaboração da proposta dos potenciais licitantes interessados. Caso a Administração opte por ampliar a divulgação mínima imposta na lei, deve ter o cuidado de repetir a mesma ampliação no caso de modificações do edital, inclusive quanto ao prazo, que deve ser reaberto igualmente ao prazo inicialmente estabelecido, e não o prazo mínimo legalmente previsto, caso aquele tenha sido maior.

Pois saibam que qualquer alteração significativa de cláusulas em editais de licitação, capazes de afetar as propostas dos licitantes, ainda que feitas por meio das respostas aos pedidos de esclarecimentos de licitantes, sem a devida republicação do edital e reabertura de prazos para apresentação de propostas, infringe a lei e a jurisprudência do TCU.

## **Acórdão 2032/2021-TCU-Plenário.**

9.4.11. a alteração significativa de cláusulas editalícias, capaz de afetar as propostas dos licitantes, ainda que feitas por meio das respostas aos pedidos de esclarecimentos de licitantes, sem a devida republicação do edital e reabertura de prazos para apresentação de propostas, ofende os princípios da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, conforme reconhecido pela jurisprudência do TCU, em especial os **Acórdãos 658/2008-TCU-Plenário**, de relatoria do Min. Aroldo Cedraz, 2.179/2011-TCU-Plenário, de relatoria do Min. Subs. Weder de Oliveira, 702/2014-TCU-Plenário, de relatoria do Min. Valmir Campelo, e 1.608/2015-TCU-Plenário, de relatoria do Min. Benjamin Zymler.

Nesta ocasião, a republicação do edital alterado deve ser feita em **todos os mesmos veículos e com a mesma quantidade daquela originalmente realizada**. A lei determina que a publicidade seja feita **da mesma forma como se deu a divulgação inicial/original** e não aquela mínima estabelecida na legislação. Portanto, caso a Administração opte por ampliar a divulgação mínima imposta na lei, deve ter o cuidado de repetir a mesma ampliação no caso de modificações do edital, inclusive quanto ao prazo, que deve ser reaberto igualmente ao prazo inicialmente estabelecido, e não o prazo mínimo legalmente previsto, caso aquele tenha sido maior.

Desta forma, ainda que a Administração retifique o edital, **dispensando** a exigência de apresentação de algum documento, haverá necessidade de republicação do edital e reabertura de prazos, pois isto também afeta a formulação das propostas, afinal, os licitantes teriam sua situação simplificada.

Basta imaginar a situação de um possível licitante que deixaria de participar da licitação porque não dispunha daquele documento que foi dispensado. Suprimido o documento, o potencial licitante teria a capacidade de participar da licitação, portanto, a republicação do edital é necessária para que ele disponha de prazo adequado para elaborar sua proposta e obter os documentos exigidos.

Nesta linha de pensamento, o professor **Marçal Justen Filho** (**in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 192**):

"(...) o dispositivo tem de ser interpretado segundo o **princípio da razoabilidade**. Em princípio, toda e qualquer alteração do edital afeta a formulação das propostas. Excluídas questões totalmente irrelevantes, que nem precisariam ser objeto de disciplina no edital, a quase totalidade das regras ali previstas devem ser respeitadas pelos licitantes na elaboração das propostas. Para adotar interpretação razoável, deve ter-se em vista, então, o prejuízo sofrido pelo licitante em virtude de alteração. O problema fundamental reside na viabilidade da elaboração das propostas segundo o prazo original. Ou seja, é obrigatório reabrir o prazo quando a inovação trazida não puder ser atendida no prazo remanescente.

Assim, tanto as modificações editalícias que **augmentam** quanto as que **reduzem** os requisitos para participar dos certames reclamam a reabertura de prazo legal de publicidade inicialmente concedido.





# ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA DE MAJOR ISIDORO



Segundo o **Acórdão nº 2632/2008, TCU-Plenário:**

Não poderia ser outra a inteligência dada a matéria, uma vez que a norma em foco busca dar fiel cumprimento ao princípio da publicidade e da vinculação ao instrumento convocatório que norteiam as disputas dessa natureza, eis que o edital serve para dar amplo conhecimento aos interessados em participar do torneio licitatório, bem como estabelece as regras a serem observadas no seu processamento, que vinculam a Administração e os licitantes.

Assim sendo, a alteração a que se pretende não compromete a formulação das propostas, tendo em vista que sua ocorrência se dá, em razão de **"Nova previsão de Abertura"** por indefinição de prazo na configuração da sessão no sistema: **www.gov.br/compras/pt-br/**, ambiente eletrônico do **COMPRAS.GOV.BR** e não por meio de alteração de cláusulas editalícias, nem tampouco por meio de respostas a pedidos de esclarecimentos, o que não existe de fato.

Destarte, deve-se considerar que, nas datas de finais de semana (sábados e domingos), não reportará na contagem de prazo em razão de não haver expediente nos órgãos desta Prefeitura.

É importante ressaltar que a presente justificativa não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato de alteração de data da reabertura da licitação, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este procedimento licitatório. Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios à Autoridade Administrativa Superior, a quem cabe a análise desta e a decisão pela reabertura.

Desta forma, justifica-se a alteração de data de reabertura da licitação com contagem de prazo para o acolhimento de propostas de preços e documentação de habilitação em sessão pública, alterada para as **09hs** do dia **02/12/2025** (dia útil subsequente), no mesmo horário/local indicado na publicação originária que tornou público a realização do certame.

Pelo exposto, a nova data/hora de abertura, será fim do acolhimento e deve ser informada de no mínimo **24 hs** da data/hora atual.

Major Izidoro (AL), 18 de novembro de 2025.

.....  
**JARDIEL PEREIRA DA SILVA**  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO